

Reflexões sobre EAD: concepções de educação¹

Nelson De Luca Pretto

nelson@pretto.info, pretto@ufba.br

Alessandra de Assis Picanço

alessand@ufba.br

A Educação a Distância (EAD) no ensino superior vem sendo popularizada, envolvendo um uso intensivo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nesse nível de ensino, implicando um número cada vez maior de estudantes, professores e instituições, tanto públicas como privadas, em um novo conjunto de desafios. A presença das TIC fomenta e cria condições potenciais para a interação e o desenvolvimento de projetos comuns em grupos heterogêneos, mas ela não se limita a uma “presença técnica” a serviço de uma educação única. Diferente disso, trata-se de um processo sociotécnico, inserido numa dinâmica política, de tomadas de decisão, de construção coletiva de projetos políticos e(-) pedagógicos. Essa perspectiva é crucial no debate recente sobre a autorização das universidades públicas para o desenvolvimento da EAD quando se acrescenta à essa discussão a crise estrutural pela qual passam tais instituições. No centro da crise, está um conjunto mais amplo de políticas públicas – da educação no sentido mais amplo, da cultura, telecomunicações, ciência e tecnologia - que poderão garantir condições técnicas, tecnológicas, institucionais e teóricas para o pleno desenvolvimento da EAD.

Na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA) esse tema é objeto de pesquisa e de iniciativas em nível experimental. O nosso propósito é promover uma (re)significação das práticas educativas, tendo as TIC como estruturantes de *novas educações*, conforme preconizava nosso Luis Felipe Serpa (2000). Na Faculdade, o Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC)² aborda a dimensão conceitual da EAD, bem como acompanha o processo de concepção e implantação de políticas públicas nesta área³. Propondo o desenvolvimento de cursos semi-presenciais, o próprio processo de trabalho interno ao grupo é desenvolvido segundo práticas pedagógicas e curriculares diferenciadas, marcadas pelo uso das TIC. Desse modo, o grupo procura explorar sistematicamente as diferentes formas de interação oportunizadas no contexto da cultura digital, visando a construção colaborativa e democrática de conhecimento.

A presença das TIC na educação

Não há como negar a existência e até a prevalência de certo encantamento sobre o uso das TIC com a conseqüente expectativa de ampliação do alcance do ensino superior no Brasil. As possibilidades de aumento do número de vagas e a perspectiva de se fazer a universidade “presente” nos mais diversos espaços do território, bem como a indicação de uma possível economia de custos, em função da escala dos projetos, seduz a todos que querem ver plenamente realizado o direito à educação.

Sem deixar de lado a euforia, é fundamental pensar criticamente sobre a EAD e, assim, considerar que o movimento já desencadeado de expansão do ensino superior, presencial e a distância, envolve conflitos de interesses. O debate atual sobre o tema tem apontado, entre tantos outros pontos, para a orientação mercantilista do ensino, que enquadra a educação como um serviço a ser comercializado. A mercantilização está imbricada com a tendência massificadora dos processos formativos ligada a um modelo de EAD industrial, questionável do ponto de vista de uma educação democrática. A imbricação entre a presença das TIC no ensino

superior e as diferentes visões de mundo em conflito assegura que tratamos de decisões que ultrapassam aspectos meramente técnicos ou tecnológicos, visando a definição de rumos para a EAD. E aí, novamente, falamos tanto na educação a distância como da educação presencial tendo em vista que não há possibilidade de discutir uma ou outra sem termos definido muito claramente as concepções de sociedade, educação e universidade que estamos considerando.

Para alguns, o ensino é uma mercadoria e a educação um grande mercado potencial. Nesse contexto, **estudantes são considerados como clientes, escolas como empresas**. Isso é otimizado com um modelo de EAD industrial, na qual o ensino será distribuído mais largamente, de modo rápido e econômico. Esse modelo opera com a concepção de educação de massa, baseando-se na concentração de investimentos para a produção centralizada de materiais didáticos, na disseminação de conteúdos estáticos e padronizados por meio desses materiais, bem como na definição de estratégias de distribuição organizada dessas produções, de acordo com as condições locais de recepção.

Nessa perspectiva, a EAD é produzida a partir de uma intensa racionalização do processo de ensino. Segundo Otto Peters, fundador e primeiro reitor da *Fernuniversität*, importante universidade a distância na Alemanha, existem várias características marcantes dos processos de EAD que norteiam os modelos que vêm sendo implantados nas instituições. Dentre estas características estão: a *hierarquização e divisão do trabalho* através da fragmentação do processo de ensino em etapas realizadas por diferentes sujeitos (comunicadores, conteudistas – sic! -, orientadores) de modo isolado no tempo e no espaço. A *mecanização/automação* do processo de transmissão de conteúdos, promovendo a padronização do ensino, é uma outra característica relevante. Outros elementos de peso são a *economia de escala* e a *mercantilização* em relação aos quais o ensino-aprendizagem estão submetidos (PETERS, 2001). O que temos visto é que essas características podem ocorrer, e vem ocorrendo, na educação como um todo. Há um movimento intenso de aproximação entre educação e a lógica de mercado em nossa sociedade, no qual instituições de ensino são concebidas, implantadas e funcionam como qualquer outra instituição empresarial. Até mesmo a forma de

anunciar os serviços oferecidos por estas instituições traduz a sua característica mais marcante: um produto *de qualidade* que precisa ser vendido, logo, anunciado, para que os potenciais compradores possam por eles ser *seduzidos!!!*

Os formatos dos anúncios apresentados em *outdoors* que oferecem os serviços da educação básica e superior na cidade de Salvador/Bahia indicam que esta aproximação entre educação e mercado não já é fato concreto! Em outros textos⁴ já analisamos esta questão mas queremos aqui resgatá-la por considerarmos simbólico um *banner* publicitário exibido nas ruas de Salvador e outras cidades da Bahia, no período de setembro e outubro de 2003. Uma oferta que poderá ser atraente para muitos consumidores – notadamente da classe pobre - , tendo em vista os alarmantes índices de analfabetismo e de baixa escolaridade entre os cidadãos baianos. Como mostra a imagem seguinte, trata-se de uma oportunidade de conclusão do primeiro ou segundo grau (sic!) em apenas 60 dias, com, inclusive, a oferta de diploma (*mediante exame*, claro!!!) ao final do período.



A proposta de venda de um serviço que reduz o tempo de formação a menos de dois meses preocupa a todos que pensam a educação numa perspectiva de formação mais ampla. Daí a importância de insistir que os desafios postos ao uso das TIC na educação dizem respeito à própria noção do que é educar nessa sociedade, de qual a função das instituições de ensino e de que sujeito se pretende formar. É possível justificar a necessidade de que as instituições adaptem-se a uma nova realidade tecnológica, reagindo a um suposto impacto provocado por uma revolução no processo de produção de informações que estaria fora da escola. Nesse caso, a grande meta é modernizar a escola. No entanto, é fundamental (re)significar a educação enquanto prática social e a escola como espaço de produção de conhecimento, o que envolve a formulação de novas concepções e orientações para o ensino a partir de processos de negociação entre os diversos sujeitos e interesses definidos coletivamente em cada grupo social.

Pensando desse modo, os sujeitos que mobilizam o espaço escolar e dão sentido à prática social de educação, em especial os profissionais da educação, têm um papel fundamental, em diversas dimensões. De um lado, temos uma forte ênfase na lógica de **cidadão-consumidor**, **aluno-cliente** e da perspectiva de individualização dos sujeitos e de sua formação, como ponto de partida na preparação do sujeito para competir (e conquistar “sucesso” na vida social/profissional). De outro, podemos – e devemos! – pensar em considerar o cidadão como **sujeito de produção de conhecimento e cultura**, que opera no coletivo e pode colaborar para alterar sua realidade e a de todos os outros. A mudança de ênfase não se dará sem uma transformação radical nas condições de trabalho/formação dos professores, uma vez que são eles que precisam estar qualificados e dedicados a enfrentar este poderoso universo de intenções que cercam o seu campo de atuação, campo esse fortemente influenciado pelas formas contemporâneas de publicidade adotadas pela/para a educação. Nesse sentido, as políticas de formação são insuficientes quando buscam apenas treinar professores ou certificá-los através de cursos, normalmente, aligeirados, uma tendência manifesta nas políticas públicas brasileiras que celebram a EAD como marco para essas *novas* possibilidades. Dados mostram que a maior parte dos cursos a distância oferecidos por instituições de ensino superior são cursos de licenciatura, que irão formar os profissionais de educação (ingressos ou não no mercado de trabalho). Com dados de 2004

podemos observar que, dos cinquenta e um cursos de formação universitária a distância oferecidos e reconhecidos pelo MEC, quarenta e cinco têm como objetivo complementar a formação de educadores. Esse fenômeno instiga a análise sobre essa correlação entre EAD e a formação dos professores, seja pela forma como a EAD é associada a uma formação em massa, seja pela consideração de que tipo de tratamento tem sido dado à formação de sujeitos que irão ocupar uma das categorias profissionais mais importantes para a conquista de profundas mudanças sociais, no país e mundo ⁵.

Mesmo diante dos avanços em termos de tecnologias digitais, que proporcionam uma nova experiência de interação entre sujeitos do processo comunicativo, é necessário estar atento ao fato de que cada expressão tecnológica é marcada por uma história e por uma rede de agenciamentos. Na base dessas expressões está uma série de decisões que foram tomadas, desde as escolhas de materiais e a agregação de determinados conhecimentos, até o simples envolvimento de certas pessoas e das condições e locais específicos de produção. Tudo isso marca de forma contundente o uso das TIC, fazendo com que haja uma interdependência entre a forma como são elas concebidas, produzidas e utilizadas. Não se trata de considerá-las boas ou más em si mesmas, segundo uma visão maniqueísta, até bem pouco tempo dominante em nossa sociedade. Mas isso, no entanto, não significa que elas sejam neutras. Portanto, é fundamental considerar a idéia de que a superação das condições históricas que vem marcando a utilização das tecnologias se dará, em especial para as TIC que materializam uma lógica de educação em massa, a partir da tomada de decisões políticas e interessadas (LÉVY, 1993).

Isso demanda, portanto, considerar que essas opções vêm sendo feitas historicamente, fundamentadas em valores e interesses. Às organizações que pretendem assumir a EAD como política institucional caberá explicitar os princípios que nortearão suas ações. Desse modo a presença das TIC na educação será justificada para além de uma mera reação a um suposto impacto causado pelas mudanças do mundo contemporâneo. É necessário que a instituição se posicione, reavalie o seu próprio projeto e considere a pertinência e relevância da assunção de práticas de EAD. Mais do que isso, torna-se fundamental investigar profundamente a relação

entre os projetos de educação a distância, seus confrontos e seus vínculos institucionais uma vez que temos percebido, e isso está sendo objeto de investigação em nosso grupo, que grande parte dos projetos *maiores* em implantação nas universidades brasileiras, especialmente as públicas, não possui ligação direta com as unidades fins das Instituições, sendo concebidos e desenvolvidos diretamente por órgãos centrais, como as próprias Reitorias. Dessa forma, em nosso entendimento, esvazia-se uma das dimensões mais fundamentais da Universidade que é a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, situando a EAD no lugar de uma mera *prestação de serviços*.

Aí está, portanto, o grande dilema contemporâneo: como enfrentar o desafio de atender uma grande massa de estudantes que demandam por formação em nível superior, e aqui a EAD é, sem dúvida fundamental, garantindo uma perspectiva formativa no sentido amplo e não reduzida à extensiva distribuição de informações.

A EAD e a crise da universidade

Não só no campo da formação de professores, mas de modo geral, com a explosão da internet, a EAD tem sido um tema de destaque nas discussões sobre as transformações da educação superior no final do século XX. Essa idéia de que com as tecnologias torna-se possível ampliar substancialmente o número de vagas nesse nível de ensino já causou discussões e protestos no meio acadêmico. Um relatório divulgado em 1998 pela empresa Coopers & Lybrand indicava que a internet teria o potencial criar transformações estruturais e massivas na educação superior, dispensando-a de professores fixos e investimentos em instalações físicas (GITTLEN, 1998; WOODY, 1998). Tais transformações estruturais só teriam sentido, para radicalizar essa estranha posição, se a educação estiver submetida ao livre mercado, sendo considerada como mais um serviço a ser oferecido para a sociedade, uma vez que é assim que as teorias contemporâneas neoliberais entendem a educação, como um serviço a ser explorado comercialmente. Por essa lógica, os processos de ensino e de aprendizagem podem ser associados aos mecanismos de

comunicação de massa, com a informação sendo distribuída em *broadcasting*, mais se assemelhando aos tradicionais sistemas de comunicação de massa, particularmente com a lógica de produção das redes de televisão.

O modelo de EAD em massa passa, portanto, pelo aprofundamento da própria concepção vigente de universidade. Assim, o desenvolvimento do ensino superior a distância no país não estaria limitado à incorporação mecânica de novos recursos tecnológicos uma vez que a presença das TIC no ensino superior emergem de um campo não uniforme, imbricado ele próprio nas tensões da contemporaneidade. Do conjunto de temas que ocupam, atualmente, o debate sobre a educação superior, Catani e Oliveira (2000, p.11) destacam:

A grande preocupação com a ampliação da demanda e a massificação da educação superior; as novas necessidades de uma demanda cada vez mais diversificada; os novos objetivos e funções da educação superior no século XXI; o lugar da universidade no mundo virtual das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Desses temas propostos por Catani e Oliveira (2000), percebemos que, a partir da análise sobre elementos estruturais e conjunturais do ensino superior no Brasil temos evidências de uma verdadeira crise, indicando que o país se posiciona entre os piores desempenhos educacionais nesse nível de ensino. Waldemar Sguissardi tem desenvolvido pesquisas sobre o tema e tem, ao longo dos últimos anos, destacado as inversões de prioridades governamentais, pautadas nos princípios de minimalização do papel do Estado que são acompanhadas de uma concepção mercantilista de conhecimento, vendido como mais uma mercadoria, ao sabor da lógica da oferta e da procura, e do imperativo da obtenção de lucros. A última década do século passado foi exemplar no quesito expansão da oferta privada de ensino superior e, hoje, esta tendência – fruto de políticas públicas intencionalmente definidas - está sendo acompanhada do aparecimento das universidades e cursos virtuais com forte orientação comercial, contemporaneamente denominado de *e-learning*.

Para Sguissardi(2000, p.20), a partir de dados disponíveis, é possível afirmar que:

A educação superior continua elitista e cada vez mais privatizada. A oferta de vagas, além de se fazer cada dia em maior proporção no setor privado, é extremamente insuficiente diante da demanda reprimida e do número cada vez maior dos concluintes do ensino médio que tende a ser quatro ou cinco vezes maior do que o do número de vagas oferecido anualmente para a educação superior. Outro complicador desta realidade é a excessiva concentração regional (no Sudeste) da oferta de vagas [...].

O panorama atual do ensino superior provoca a reflexão sobre o que pode ser considerado como democratização da educação em um contexto historicamente marcado pelos desequilíbrios e injustiças como é o caso brasileiro e, nesse sentido, qual seria o papel do ensino superior. Mais do que isso, temos que buscar compreender que papel vem desempenhando a EAD nesse contexto.

O número de instituições que já aderiram ao ensino superior a distância no país é significativo, tendo uma notável concentração na área de formação de professores, conforme já destacamos. Na fase mais recente desta história que, para alguns remonta ao final do século retrasado, podemos dar um especial destaque para três pioneiros movimentos dos anos 80 e 90. De um lado a criação, em 1979, do Centro de Educação a Distância (CEAD) da Universidade de Brasília (UnB) com vários cursos traduzidos da *Open University*, da Inglaterra e, mais adiante, em 1995, com a criação do Núcleo de Educação Aberta e a Distância do Instituto de Educação (NEAD) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com cursos voltados para a formação de professores da rede pública de ensino. No mesmo ano, o Laboratório de Ensino a Distância do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) começou a desenvolver cursos de requalificação profissional em diversas áreas. Sem aqui entrar no mérito do trabalho desenvolvido por cada uma dessas instituições, em seu tempo histórico, é preciso reconhecer o significado dessas experiências, como pioneiras na história mais recente da EAD no país. A partir delas e de outras que aconteceram de forma isolada, foi se buscando consolidar esse movimento.

Ao longo do ano de 1993, os Reitores das universidades públicas brasileiras, em uma das reuniões do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) assinaram um protocolo de cooperação para criar um consórcio das instituições para avançar no uso da EAD no ensino superior. Como era de praxe nessas ações, as iniciativas dos Reitores estavam longe de corresponder a um movimento enraizado no interior das universidades. Uma das universidades pensava numa proposta, levava ao CRUB através do seu Reitor e esse, a partir do *convencimento* dos demais, propunha um consórcio ou ação conjunta para deslanchar o referido projeto. De uma maneira geral, todos aceitavam e concordavam com esse tipo de proposta por razões diversas que íam/vão do mero pragmatismo, pela possibilidade de mais verbas para a sua instituição, ou até pelo verdadeiro convencimento sobre a relevância e pertinência da proposta em questão. Dessa forma, nascia o *Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância* (BRASILEAD). Como a Universidade de Brasília já possuía experiência na área, ela passou a sediar o consórcio de forma experimental, ato este que se deu a partir da assinatura de convênio com o MEC.

Foram várias as tentativas de fazer o BRASILEAD decolar. Inúmeros encontros sobre essa pauta aconteceram na UnB e também durante reuniões da ANPED, como foi o caso da reunião do Conselho Diretor do BRASILEAD em 1996, em Caxambú, com o objetivo de desenvolver algumas ações. Foram definidos nesse período três grupos de trabalho (Formação de Professores para o ensino do 1º e 2º grau, Formação de Recursos Humanos em EAD e Bancos de Dados em EAD) que deveriam apresentar projetos e propostas para serem implementados em parcerias com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, outros Ministérios e empresas estatais. Vale salientar que justamente nesse período o MEC passou por uma reestruturação e foi criada Secretaria de Educação a Distância – (SEED)-1995. Apesar da mobilização inicial, o BRASILEAD não teve continuidade. Um dos únicos efeitos práticos do consórcio foi o esforço para a distribuição de um computador (totalmente obsoleto!) para cada uma das Instituições consorciadas, cujo transporte, provavelmente, teve um custo maior do que o valor do próprio equipamento!!!

Em 2000, um novo consórcio foi organizado entre instituições de ensino superior denominado de Universidade Virtual Pública do Brasil – UniRede⁶. Esse consórcio conta, atualmente, com 71 instituições públicas de ensino superior, entre universidades federais, estaduais e centros federais de educação tecnológica. Não sem menos problemas, mas de modo diferente do BRASILEAD, a UniRede vem conseguindo, ao longo deste tempo, consolidar-se como uma experiência significativa e alguns projetos de EAD que estão em andamento no país são por ela capitaneados. A iniciativa privada, no mesmo período, também organizou e instalou a Rede Brasileira de Educação a Distância – Universidade Virtual Brasileira (UVB). Nesse caso estão associadas 10 instituições privadas de ensino superior (VIANNEY; TORRES; SILVA, 2003).

Na Bahia, num esforço das universidades públicas do estado, em conjunto com a Universidade Católica de Salvador, tentou-se ao longo da década de 90 a instalação de um consórcio interinstitucional, denominado de Programa de Integração das Universidades do Nordeste – Bahia (PINE) para uma necessária atuação conjunta desse sistema, sentida até os dias atuais. Nesse caso, também foi seguido o modelo de instituir grupos de trabalhos. Um desses grupos buscou construir um projeto de inserção das “novas tecnologias da informação e comunicação”, como denominávamos na época, no ensino superior. O resultado desse esforço foi o documento preliminar para discussão denominado *Programa Interuniversitário multimidiático de apoio ao Ensino Fundamental* que foi discutido ao longo do ano de 1996, no entanto, sem avançar para a realização de ações em parceria. Pensava-se, com isso, caminhar na direção da criação de uma universidade virtual na Bahia. Lamentavelmente, depois de inúmeras reuniões e da produção de diversos documentos preliminares, o consórcio não conseguiu se consolidar naquela época, nem sequer conseguiu implantar qualquer ação integrada de EAD no Estado.

É fundamental considerar que essas tentativas de formação de consórcios e trabalho em rede entre instituições são recorrentes no contexto da organização do ensino superior a distância, na Bahia e no Brasil. O trabalho em rede de instituições poderá ser uma forma de fazer com que as diferenças criem condições para o

diálogo, que haja colaboração e um comprometimento das várias organizações com o avanço e democratização do ensino superior. De qualquer forma, as iniciativas de EAD não ficarão imunes aos problemas acumulados e vivenciados atualmente no âmbito acadêmico. As decisões sobre EAD deverão caminhar juntas com uma análise profunda da situação do ensino superior público e com o delineamento de um projeto político voltado para a superação de problemas (e não de escamoteamento), visando a radical transformação da universidade, da educação e da sociedade.

O caráter sistêmico da EAD no ensino superior

É evidente que esse movimento de inserção do país no ensino superior a distância terá seus resultados circunscritos, ainda, às políticas de áreas como as de telecomunicações, ciência e tecnologia, cultura, trabalho entre outras. O país já desenvolveu esforços nesse sentido buscando a necessária articulação entre o campo da educação e as iniciativas de se pensar políticas públicas que levassem ao país, como muitos outros já o fizeram e de forma bastante crítica, do que vem sendo denominado Sociedade da Informação⁷.

Ainda que o programa tenha sido abandonado pelo Governo Lula, o *Livro Verde da Sociedade da Informação* correspondeu à própria diversidade de opiniões que o país vive sobre o tema, tendo sido produzido, no período, por um grupo de trabalho com representações diversas, que contemplava tanto a academia quanto o empresariado, passando pelas organizações do terceiro setor e governo. A idéia que terminou prevalecendo foi a de orientar o Estado na construção de uma “boa estrada de rodagem” que serviria para alavancar os negócios eletrônicos (comércio, divulgação e acesso a informações por empresas) e, “conseqüentemente”, gerar novas oportunidades de emprego e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, através da integração entre as pessoas, do aumento de seu nível de informação e eficiência no atendimento à sua cidadania (TAKAHASHI, 2000).

Apesar de não ter sido a tônica no período de sua elaboração, o processo de construção coletiva que deu origem ao Livro abriu brechas para manifestações diversas como foi, entre outras, a do grupo de educação, por nós liderado, juntamente com Leonardo Lazarte da UnB, que era a de “fortalecer a idéia de que este progra-

ma é muito mais que um programa da Sociedade de Informação, constituindo-se numa proposta de construção de um projeto de sociedade”, fazendo com que a educação se constituísse numa ação com vistas à formação e o fortalecimento da cidadania. Isso porque, desde aquele momento, tínhamos claro que o processo de consolidação da Sociedade da Informação no Brasil só seria viabilizado se se buscasse garantir “o acesso às possibilidades de desenvolvimento integral como ser humano, em suas dimensões individual e social”, através da conexão das escolas em rede e da “preparação dos cidadãos para esse mundo tecnológico”, o que atingiria diretamente a questão da formação de professores (PRETTO, 2000, p.10).

Nesse contexto, a democratização da sociedade brasileira passa pela resolução dos problemas de diferentes ordens. Aí se enquadram problemas relativos a infraestrutura para a grande maioria dos municípios, a dependência tecnológica externa e aos problemas derivados do controle que é exercido pelas companhias prestadoras de serviços de telecomunicações no país, regidas pelos interesses do capital estrangeiro. Esse controle é defendido pelos mesmos organismos multilaterais que “ditam as ordens” nos países do chamado terceiro mundo. Portanto, implementar uma infra-estrutura tecnológica é tarefa urgente e necessária, mas não suficiente. Por isso, não bastava - e não basta! - simplesmente equalizar as oportunidades de acesso, sem considerar desde a diversidade de condições que marcam cada fração territorial desse país até os aspectos políticos mais globais.

Além desse conjunto de questões apresentadas no interior do debate sobre a infraestrutura, aspectos interdependentes como a “capacitação” e “pesquisa” voltados para desenvolver e oferecer serviços e sistemas, a “capilarização de serviços” com a participação na tomada de decisões, a preocupação com “gestão e custeio” que garanta a sustentabilidade dos serviços e com o fomento à produção e disseminação de “conteúdo local”, são aspectos que precisam ser pensados de forma integrada. Eles caminham lado a lado e devem ser considerados no contexto de uma efetiva democratização, que seja balizada pelo que vem sendo chamado, contemporaneamente, de “inclusão digital” (AFONSO, 2000).

Assim, a EAD irá demandar das instituições de ensino superior o atendimento das novas necessidades operacionais, a exemplo da utilização de aulas ministradas

pela internet, ainda que associadas a materiais impressos ou digitalizados, além de teleconferências e audioconferências. Dessa forma, o desenvolvimento do ensino superior a distância está praticamente condicionado ao desenvolvimento de todo um sistema básico de telecomunicação, de tecnologias e de produção de bens culturais (especialmente os digitais ou com produção mediada pela linguagem digital). Essa demanda nem sempre aparece em primeiro plano quando se trata de práticas pedagógicas presenciais ou quando se trata de um processo de EAD em massa, que pressupõe a desigualdade e hierarquia entre centros de excelência e locais de recepção. Para isso, insistimos, necessitamos pensar no ensino superior como tarefa precípua das universidades e aí, o sistema público tem uma responsabilidade incomensurável.

Sentimos necessidade de retornar aqui, mesmo que de forma meramente ilustrativa, ao nosso estudo sobre a relação da educação com o mercado e a publicidade, desta vez mais especificamente no que diz respeito à EAD. Isso porque o apelo publicitário que a educação via internet tem trazido, mesmo desconhecendo-se as dificuldades de inclusão digital, tem sido marcante e não nos permitiria passar ao largo destas questões, desconhecendo os contextos em que esses projetos – e suas propagandas! - estão inseridos. Um *outdoor* espalhado por diversas cidades do país, entre as quais Porto Alegre e Salvador neste ano de 2005 divulga a ação de uma faculdade que oferece curso de graduação em administração, utilizando-se, inclusive, de referenciais avaliativos típicos e intrinsecamente voltados para o mercado como o ISO9001, busca *expandir seus negócios* desde sua sede em Fortaleza, com a oferta de cursos via internet para todo o Brasil.



Sem entrar no mérito do curso, chamou-nos atenção a publicidade e, num rápido olhar sobre a proposta que estava sendo *vendida*, fomos buscar as concepções de educação presentes nesta faculdade. Analisando a sua página na rede, portanto, material disponível para o público de uma faculdade que se anuncia como “via internet”, percebemos as concepções de educação e de EAD.

Veja o ítem *História do ensino a distância*

O ensino a distância é a metodologia do momento. Não é uma questão de moda, mas sim de **evolução** (sic!). A sociedade moderna, em permanente mudança, exige estudo constante de todos nós. A educação convencional não consegue mais atender à demanda de formação e atualização profissional no atual sistema. Felizmente, a **evolução tecnológica** possibilita novas soluções na área da educação. Uma dessas soluções é o ensino a distância: caracterizado pela separação física entre o professor e o aluno, mas que são conectados por uma tecnologia para comunicação bidirecional (grifos nossos).

Para essa faculdade, a EAD constitui-se num mero passo evolutivo e a pergunta que nos fazemos é em relação a que? Será que a idéia é a de uma evolução do ensino presencial para o ensino a distância?! Outro aspecto que merece destaque é a ênfase aqui apresentada de que a “evolução tecnológica” é a definidora das *novas* concepções de educação. Percebe-se claramente que a estrutura ali proposta pouco tem a ver com a idéia, por nós insistentemente defendida, de que a formação superior exige algo mais do que a simples distribuição de informações através de escolas de terceiro grau. De outra parte, imaginamos uma faculdade (e principalmente Universidade!) que tenha em seu currículo, estrutura e corpo docente a forte idéia de formação enquanto ação indissociada da produção do conhecimento. No caso em questão, ao analisarmos a qualificação dos professores que compõem essas faculdade, “todos mestres e doutores”, conforme o próprio texto divulgado, percebemos, numa rápida pesquisa ao sistema de Currículo Lattes do CNPq – sistema que nem de longe pode ser considerado como indicador da qualidade de um curso mas que demonstra minimamente o vínculo dos profissionais com pesquisa e com o *ethos* acadêmico das universidades e faculdades no

país! - percebemos que de um total de 38 professores apresentados no curso, somente 18 possuem sua vida acadêmica registrada no sistema Lattes do CNPq, ou seja, menos da metade. Dentre esses, identificamos apenas 7 doutores e 7 mestres! Claro está que não pretendemos fazer uma análise profunda da proposta dessa faculdade, mas este exemplo foi resgatado tanto pela atualidade de sua publicidade (outubro de 2005) como pela sua ligação com o que estamos discutindo ao longo dos últimos anos, ou seja, a problemática relação da educação com o mercado e com o esvaziamento de sentido da formação em nível superior que vivemos no país. Esses são dois singelos aspectos que demonstram as dificuldades que enfrentamos ao discutir o tema já que podem se constituir em verdadeiras armadilhas dessa proliferação da EAD no país, articulando propostas de ação e análises mais contundentes sobre o tema.

Retornamos assim, ao nosso eixo e podemos mais claramente perceber que na perspectiva das políticas públicas educacionais, a gestão da EAD no ensino superior está vinculada a uma forma de enfrentamento da própria crise da universidade. Existem perspectivas que ocultam esta crise, considerando a EAD como a solução para o ensino superior e, neste caso, ela vem sendo usada para aumentar a capacidade de atendimento das universidades sem que sejam alteradas as péssimas condições de financiamento das mesmas, sem que seja criada uma política justa para o corpo de professores, sem que sejam resolvidas as disparidades de condições do ensino superior entre as regiões do país, entre outras. Tal “solução inovadora” apenas amplia a capacidade de atendimento à grande maioria dos alunos adultos e trabalhadores, mas está descomprometida da oferta de um ensino de qualidade quando não altera as precárias condições que atingem o ensino superior. Fazer opção pelo ensino superior a distância é uma decisão política e, nesse sentido, a naturalização da crise e assunção de novos dispositivos pode camuflar problemas que irão emergir no próprio contexto de produção e realização da EAD. Novos problemas podem começar a fazer parte dos desafios das universidades, devido a impossibilidade de sobreposição da cultura de formação presencial sobre a cultura de EAD. Isso, por si só, justifica a tarefa urgente de construção de um projeto institucional de EAD para a nossa universidade, que contemple a singularidade local, bem como o caráter sistêmico necessário à sua realização. Evidentemente, para isso, será fundamental a discussão ampla e democrática acerca do ensino superior que queremos para o país e, especificamente, para a Bahia.

A FACED no diálogo com a experiência histórica de EAD

A Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - FACED/UFBA faz parte do conjunto de instituições que tem investido em pesquisa e ações de ensino superior a distância ou mediadas pelo uso de tecnologias. A perspectiva é que este investimento se constitua numa oportunidade de democratização da educação nesse nível de ensino. Tal democratização ocupa-se tanto com o aspecto quantitativo, que se manifesta no número de sujeitos incluídos nesse nível de ensino, quanto com o aspecto qualitativo, que diz respeito ao conjunto de mecanismos de produção/apropriação de conhecimento e de implicação desses sujeitos na sua realidade local, sua história e sua cultura.

Ao projetar a EAD no ensino superior, é possível optar por uma outra lógica de comunicação, descentralizando a produção de conhecimento e considerando que os sujeitos sociais não são meros consumidores de informações e serviços. É evidente que para isso a democratização dos meios de produção da informação é fundamental, sendo necessário que as instituições de ensino superior tomem posição ao mesmo tempo **reativa** aos fatores determinantes de um ajuste e, também, **propositiva**, na relação que estabelece com o mundo de comunicação e informação.

As iniciativas da FACED estão ligadas à construção de um projeto de EAD com bases sólidas, daí a articulação intrínseca entre essas ações e o trabalho dos seus grupos de pesquisa vinculados à linha “Currículo e Tecnologias da Informação e Comunicação”. Para nós do Grupo de Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC), o desenvolvimento da EAD na UFBA faz parte do compromisso da universidade com a sociedade. Esse desenvolvimento precisa incorporar todo o potencial da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma marca dessa instituição, projetando não só a necessária oferta de cursos mas a importância de situar a universidade como um espaço aberto, privilegiado no que diz respeito a produção de tecnologias, responsável pela definição de novos processos educativos, de criação e inovação tecnológica.

A FACED participa deste movimento voltado para a consolidação da EAD na UFBA desde o momento que realizou as primeiras experiências de oferta de cursos a distância, através de um curso de metodologia do ensino superior, a partir de material impresso, promovido pelo professor Fernando Floriano, vinculado ao departamento de Educação I, na década de 1980. Neste mesmo departamento, a professora Katia Freitas realizou pesquisa de doutorado sobre o desempenho dos estudantes da Universidade Nacional Aberta da Venezuela (UNA), em 1982. Desde então o Departamento I passou a ofertar para a graduação a disciplina *EDC001: Educação Aberta, Continuada e a Distância*.

A partir de 1994 esse movimento ganha outros contornos, com o nascimento do grupo de pesquisa originalmente denominado de Educação e Comunicação, integrando ao Núcleo de Pesquisa sobre Currículo (NEPEC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade. O nascimento desse grupo de pesquisa envolveu uma intensa articulação nacional já que se buscava contribuir com essa *nova* área, inclusive com a nossa participação para a criação do *GT Educação e Comunicação* da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED). Paralela e articuladamente, ocorre a nossa participação na coordenação da implantação da Rede Bahia, Ponto-Operacional-de-Presença (POP) da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) na Bahia, contribuindo com a fundamentação teórica desse movimento⁸.

Desde seu início, o GEC estuda a presença das TIC na educação com o objetivo de investigar e aprofundar o sentido pedagógico em construção nesse campo, propondo alternativas de incorporação das TIC aos processos educacionais, considerando tais tecnologias como elementos fundamentais e vitais da sociedade atual. O foco tem sido atuar de forma a produzir/socializar conhecimentos, centrando-se na utilização de redes de comunicação e informação como meio estratégico para a inserção no mundo contemporâneo, tanto no âmbito do ensino e da pesquisa, quanto no da extensão.

Essa atuação vem ocorrendo a partir do oferecimento de disciplinas, tanto na Pós-graduação como na Graduação⁹, o que ajudou na difusão e no aprofundamento do

referencial teórico do grupo, tendo como base inicial as idéias defendidas na tese de doutorado do coordenador do grupo, publicada pela Editora Papirus, com o título *Uma escola sem/com futuro – educação e multimídia* (PRETTO, 1996).

A partir de então, as discussões sobre a importância das TIC para uma *nova* escola e integrada à sociedade contemporânea estão sendo intensificadas e ampliadas no interior da FAGED, criando na Unidade espaço para uma outra cultura de comunicação. Para o fortalecimento dessa cultura, continuamos buscando melhores condições técnicas, ao mesmo tempo que não descuidamos de aprofundar a reflexão, alargando a massa crítica sobre os potenciais usos dessas tecnologias na educação, para além da perspectiva instrumental que pretende apenas a mercantilização do ensino e a formação de um sujeito social adaptado às exigências de mercado profissional.

Uma das principais contribuições da FAGED nesta área está na produção de conhecimento sobre EAD. São teses, dissertações e monografias que visam o descortinamento da concepção de EAD, através da análise das estruturas organizacionais e também dos acontecimentos próprios do cotidiano de experiências educacionais marcadas pela presença das TIC. A constituição de uma visão crítica sobre esse fenômeno está contribuindo, acreditamos nós, para o descongelamento da análise em torno dos modelos tradicionais, a adesão ingênua a modelos/padrões contemporâneos de EAD orientados por uma lógica capitalista de otimização de processos e produtividade, que reduz a educação a um processo de produção industrial subjugando seu papel como prática social essencial para a compreensão de realidades e transformação da sociedade.

Os resultados desse movimento já são visíveis e podemos destacar as produções acadêmicas que vêm tratando direta ou indiretamente da questão como a dissertação de mestrado *Fim de século: a escola e a geografia*, publicada pela Editora Unijuí, de Maria Inez Carvalho, que, sob a ótica da renovação do ensino da geografia, incrementa-se a discussão sobre a tensão entre a utilização instrumental das TIC e a incorporação estruturante delas nos processos educacionais; Arnaud Soares Lima Jr. estudou as novas tecnologias e a educação escolar através da

análise do projeto Internet nas Escolas/Salvador-BA; Lynn Rosalina Gama Alves estudou os processos de desenvolvimento cognitivo diante da presença das TIC na escola e, como doutorado, a aprendizagem na interação com jogos eletrônicos; Cristiane Nova analisou o universo da construção da história pelos discursos audio-imagéticos; Cristiana Serra estudou o uso das tecnologias multimidiáticas no ambiente educacional através do Projeto Kidlink; Edmea Oliveira estudou o currículo escolar na era das tecnologias digitais, tanto na educação presencial quanto na EAD; Alessandra de Assis Picanço analisou os processos de avaliação na EAD, através de um estudo de caso nas telessalas do Telecurso 2000 coordenadas pelo SESI/Bahia; Tania Maria Hetkowski estudou o uso do computador na escola, abordando o medo e o encantamento despertado nos sujeitos desse ambiente, bem como novas práticas pedagógicas a partir da presença de novas tecnologias na escola; Graciela Carbonari investigou as escolas de Ijuí/RS e o processo de informática na educação, estas duas últimas em co-orientação com o professor Mário Osório Marques da UNIJUI, com quem mantivemos parcerias; Maria de Fátima Monte Lima analisou as políticas públicas de educação e tecnologias da informação e comunicação; Maria Helena Bonilla analisou os desafios e possibilidades postos à escola no contexto da Sociedade do Conhecimento; Gustavo Gadelha analisou a relação entre as TIC e processos de produção de conhecimento politicamente comprometido e, Jorgina de Cássia Tannus Souza fez uma análise sobre a teleinformação no universo de sujeitos com deficiência auditiva.

Além da produção do GEC, a contribuição da FACED para a educação a distância conta com o trabalho da professora Teresinha Froes Burnham, coordenadora do projeto Rede Cooperativa de Pesquisa e Intervenção Sobre (In)Formação Currículo e Trabalho (REDEPECT), que tem orientado o trabalho sobre EAD, tanto na FACED como no Instituto de Ciência da Informação (ICI). Na FACED foram produzidas as dissertações de Maria do Rosário Paim de Santana (*Em busca de novas possibilidades curriculares: aprendizagem baseada na robótica pedagógica*, 2003) e a tese de Maria Inez da Silva Souza Carvalho (*Uma viagem pelos espaços educacionais do Município de Santo Antônio de Jesus: possibilidades, atualizações, singularidades, transições*, 2001).

Resgatamos também o trabalho de Katia Siqueira de Freitas, que nos últimos tempos voltou-se mais para as questões da gestão educacional sem, no entanto, deixar de orientar na área da EAD. Em 1999, Lígia K. Magalhães concluiu o mestrado com a dissertação *Programa TV Escola: o dito e o visto* e, dentro desta linha de pesquisa, Edivaldo Boaventura orientou a tese de doutorado de Alfredo Eurico Rodrigues Matta intitulada *Procedimentos de autoria hipermídia em rede de computadores: um ambiente mediador para o ensino-aprendizagem de história*, defendida no ano de 1999.

Também se destaca, a partir da atuação do GEC, o uso cotidiano, quer de alunos, quer de funcionários e professores, da internet, o que facilitou a difusão do hábito de colher e socializar informações através da rede. Essa mentalidade vem se fortalecendo com a criação e uso de listas de discussão, a implantação de terminais públicos, com destaque para o projeto *Tabuleiros Digitais*¹⁰, a criação das páginas web da Faculdade, dos Grupos de Pesquisa e de professores da Unidade, a partir da ambiência possibilitada pela criação da Rede UFBA e pela disseminação de computadores para alunos, professores e funcionários.

Evidentemente, isso não ocorre sem a tensão entre resistência/adaptação não crítica aos novos recursos tecnológicos, cada vez mais presentes na Faculdade. As intervenções servem como base concreta para a discussão sobre a presença das TIC numa instituição voltada para a educação e formação de professores. Nesse sentido, a própria FACED se transforma em um campo de ensino, pesquisa e extensão, com forte presença/atuação de sujeitos em diferentes níveis acadêmicos, além da abertura e acesso crescente da comunidade “não-universitária”.

Uma outra forma de integração/intervenção do grupo com a Faculdade como um todo é o projeto do *ÉduCANAL – a imagem da educação*, que implicou na criação de um canal interno de produção e veiculação de programas televisivos. Este espaço tem propiciado ao nosso grupo e aos demais alunos e professores da FACED acompanhar a programação educativa e cultural dos canais Futura, TV Escola, Cultura, TVE e outros, além de estar se constituindo no espaço da produção do Canal Universitário/TV UFBA. Vinculado a ele, foi desenvolvida a pesquisa *TV e*

Vídeo: o que é o educativo?, contando com o envolvimento de bolsista de Iniciação Científica, sob a orientação de Nelson Pretto. Destaca-se aqui o *Laboratório Experimental de Imagem e Som (LEIS)*, coordenado pelo Professor Menandro Ramos, do Departamento de Educação II e doutorando vinculado ao GEC e, também, o *Projeto Lobimagem*, implantado com o apoio da FINEP como parte do CT-Infra. Seguindo essa mesma linha da ação, existe ainda o projeto de pesquisa *Do MEB à WEB: o rádio na educação*, através do qual foi implantada a Rádio FACED Web¹¹, um rádio desenvolvida totalmente em software livre e veiculada através da internet. A adoção do software livre como elemento estratégico para a educação democrática tem sido outra frente de trabalho desencadeada pelo grupo, com destaque para o trabalho da professora Maria Helena Bonilla, no sentido de implantar uma política de inclusão digital a partir da pesquisa, ensino e extensão sobre a temática¹².

Ao tomar como princípio uma concepção democrática de sociedade, educação e sujeito social, as ações desenvolvidas na FACED implicam numa visão diferenciada sobre a EAD, a qual se baseia numa lógica comunicacional não hierarquizada e interativa. A partir dessa visão, há uma nova relação entre emissão-recepção pautada na interatividade como novo paradigma da comunicação. Diferente do modelo unidirecional próprio da educação de massa, a interatividade está na disposição ou predisposição para mais interação, para a bidirecionalidade-hibridação, pela fusão dos pólos da pragmática comunicacional; para a participação-intervenção, através da produção conjunta da emissão e recepção; permutabilidade-potencialidade, pelo espaço aberto para conexões possíveis e aleatórias, instantâneas e não sequenciais. Essa nova modalidade comunicacional atrelada às possibilidades de produção de conhecimento baseada no trabalho com imagem e som digitais prometem ser ações tão fluentes quanto escrever um texto, o que dá lugar a novas formas de discurso partindo de qualquer ponto da rede de comunicação (SILVA, 2000).

Mais do que a incorporação mecânica de TIC para a realização de atividade de EAD, as ações ocorridas na FACED procuram problematizar a forma de apropriação que a universidade pode fazer dos meios de comunicação. Desse modo, as

ações associam intervenção com reflexão no âmbito de temas como: interatividade, currículo hipertextual, inclusão digital, uso de software livre, democratização dos meios de produção de informação, formação de professores, políticas públicas das áreas de telecomunicações, ciência e tecnologia, cultura, e educação.

O compromisso da FAGED ao desencadear ações no campo de EAD justifica a expectativa de que o ensino superior a distância no país apresentará possibilidades de efetiva democratização da educação e de que a UFBA poderá se inserir nesse movimento sem abrir mão de sua singularidade em relação ao contexto maior e sua heterogeneidade. Aqui, a prática de EAD vem sendo acompanhada de um processo de intervenção, reflexão e resgate do que já foi construído e dos resultados alcançados sem reduzir a relevância do debate sobre a concepção de universidade que está em jogo. Ao optar por realizar a EAD - o que consideramos premente! - a UFBA estará criando condições para alterar a sua cultura de formação através de um processo diferenciado de concepção, produção e uso das TIC. Para nós, essa alteração deverá promover a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, a democratização da produção coletiva de conteúdos, a abertura do espaço universitário para o enriquecimento científico, tecnológico e cultural da sociedade, baseado na intensa interação de saberes e práticas numa grande rede que envolve sujeitos e tecnologias.

Notas

¹ A partir das pesquisas *Políticas Públicas Brasileiras em Educação, Tecnologia da Informação e Comunicação*, apoiada pelo CNPq e *Tecnologias da Informação e Comunicação e Formação Superior de Professores da Educação Básica no Brasil*, apoiada pela FAPESB. Colaborou Darlene Almada, bolsista de Iniciação Científica/CNPq.

² <http://www.faced.ufba.br/gec>

³ Pesquisa *Políticas Públicas Brasileiras em Educação, Tecnologia da Informação e Comunicação*, apoiada pelo CNPq (bolsas de pesquisa e Iniciação Científica).

⁴ Texto ainda inédito que apresenta os resultados de pesquisa sobre mídia e educação realizada pelo GEC, aponta os vínculos entre educação, mercado e publicidade através da análise de peças de divulgação veiculadas em *outdoors* por instituições educacionais, na cidade de Salvador/Bahia. Versão preliminar deste trabalho apresentada no Colóquio Internacional sobre Política e Práticas Curriculares, Rio de Janeiro, agosto de 2004.

⁵ Esses dados apresentados pelo MEC mostram uma evolução em relação ao ano de 2001. Nesse período foi realizado um censo sobre EAD no Brasil, pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), como parte do levantamento encomendado pelo Instituto Internacional da Unesco para a Educação Superior na América Latina (Iesalc), feito em todos os países dessa região e Caribe. Esse censo indicou que 45% do total de cursos na modalidade de EAD reconhecidos pelo MEC eram de licenciatura. Mais informações no site <http://www.unisul.br>

⁶ <http://www.unirede.br>

⁷ Esse tema é tratado no livro “Escola Aprendiz: para além da sociedade da informação” da professora da FAGED e pesquisadora do GEC, Maria Helena Bonilla, publicado pela Quartet Editora em 2005. resultado de pesquisa de doutorado, particularmente, os capítulos 2 e 3 do livro tratam do programa Sociedade da Informação brasileiro, que apesar de “desativado”, ainda está disponível em <http://www.socinfo.org.br>

⁸ Um pouco da história desse processo na UFBA está sendo publicado no livro *Tecnologia e novas Educações*, organizado por Nelson Pretto, pela EDUFBA (no prelo).

⁹ EDC266: Introdução à informática educativa; EDC287: Educação e Tecnologias Contemporâneas; EDC 142: Técnicas e recursos audiovisuais; EDC708: Educação e comunicação: cruzando caminhos; EDC 381: Polêmicas contemporâneas; EDC708: Educação, comunicação e tecnologias; e, EDC703: Ensino virtual.

¹⁰ <http://www.tabuleirodigital.org>, projeto apoiado pela Petrobrás.

¹¹ <http://www.radio.faced.ufba.br>

¹² <http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/ProjetosInclusãoDigital>

Referências

AFONSO, C. Internet no Brasil: o acesso para todos é possível? **ILDES FES - Friedrich Ebert Stiftung**, 2000.

BONILLA, M. H. S. Escola Aprendiz: para além da Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Quartet, 2005 BRASIL. Portaria nº 2.253 de 18 de janeiro de 2001. Regulamenta a oferta de disciplinas não presenciais em cursos presenciais reconhecidos. **Diário Oficial da União**, Brasília/MEC, 19.10.01.

BRASIL. Portaria nº 301 de 07 de abril de 1998. Normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância. **Diário Oficial da União**, Brasília/MEC, 09.04.98.

CASTELLS, M. **The Rise of the Network Society**. Oxford, UK, Blackwell, s.d.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. As políticas de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil: Alterações no sistema e nas Universidades Públicas. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Educação Superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, pg. 63-82, 2000.

FONSECA, M. O Banco Mundial e a Educação à distância. In: PRETTO, N. D. L., (Org.), **Globalização e educação**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

GITTLEN, S. New online training a boon, but won't replace the classroom, **CNN on Line**, <http://www.cnn.com/TECH/computing/9806/09/training.idg/index.html>, 9/06/1998, capturado em 18/10/2005.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

NISKIER, A. **Educação à Distância: a tecnologia da esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

PETERS, O. **Didática do ensino a distância: experiências e estágio da discussão numa visão internacional**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2001.

PRETI, O. (Org.) **Educação a distância: inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: NEAD/IE - UFMT, 1996.

PRETTO, N. D. L., **Mídia, currículo e o negócio da educação**, no prelo.

PRETTO, N. D. L., **Uma escola sem/com Futuro: educação e multimídia**. Campinas/SP: Papirus, 1996.

PRETTO, N. D. L., Desafios da educação na sociedade do conhecimento. **52ª Reunião Anual da SBPC**. Brasília, 11 jul. 2000.

SERPA, L. F. P. **Rascunho Digital: diálogos com Felipe Serpa**, Salvador:Edufba, 2004.

SGUISSARDI, V. (Org.). O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas. In: **Educação Superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000. (p. 9-46).

SILVA, M. **Sala de Aula Interativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, set. 2000.

VATTIMO, G. **A sociedade transparente**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

VIANEY, J.; TORRES, P.; SILVA, E. **A Universidade Virtual no Brasil**, Tubarão/SC: Ed. Unisul, 2003.

WOODY, T. Academics rebel against an online future, **CNN on Line**, 12/06/1998. Disponível em: <http://www.cnn.com/TECH/computing/9806/15/academics.idg>. Capturado em 18/10/2005.